Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quarta-feira, 26 de junho de 2024
Ano CVII ● Número 29.638
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

BRASIL, PETROBRAS E O QUE NOS AGUARDA

Desafios da transição energética e econômica no cenário global.
Por Pedro Augusto Pinho, **página 2**

ECONOMIA PATINA COM TARCÍSIO DE FREITAS

Emprego com carteira em São Paulo não passa da média nacional.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

ENERGIA HIDROCINÉTICA

Mauricio de Queiroz explica geração a partir de turbinas instaladas nos fundos de rios e oceanos. **Página 5**

Lei ambiental gaúcha agrava futuros desastres

Alvo de recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a atual legislação ambiental do Rio Grande do Sul (RS) deve agravar os prováveis futuros eventos climáticos extremos, segundo avaliação dos professores do Departamento de Ecologia da Universidade Federal do estado (UFRGS), Gonçalo Ferraz e Fernando G. Becker.

"Essas leis colocadas em prática, se [forem] mantidas, vão facilitar a gravidade desses eventos extremos porque há uma facilitação muito grande em alterações do uso do espaço. Há diminuição de proteção de florestas e facilitações de processos que, acumulados, podem agravar uma futura situação de catástrofe", disse o pesquisador Gonçalo à Agência Brasil.

O Código Estadual (Lei 15.434/2020) foi alvo nessa semana de uma decisão do ministro do STF, Cristiano Zanin, que deu dez dias para o governo local se manifestar sobre ação movida na Corte contra a legislação.

Os pesquisadores consultados pela Agência Brasil argumentam que a atual lei ambiental facilita o uso do solo sem os devidos cuidados preventivos, em especial nas áreas ribeirinhas, às margens dos rios. Além disso, asseguram que a lei é muito permissiva com a supressão da vegetação, fragilizando ainda a atuação preventiva do estado na área ambiental.

Os professores publicaram uma nota técnica analisando mais de 200 alterações promovidas no Código Ambiental do estado em 2020, ainda na primeira gestão do atual governador Eduardo Leite (PSDB).

Alvo de crítica de ambientalistas e organizações ligadas ao meio ambiente, a legislação alterada suprimiu artigos de outras leis estaduais que davam proteção às florestas e espécies da flora gaúcha. A nova lei revogou, por exemplo, o artigo 6º da Lei 9.519 de 1992 que proibia o "corte ou destruição parcial ou total de floresta nativa e demais formas de vegetação natural".

Procurada pela Agência Brasil, a Secretaria de Meio Ambiente (Sema) do Rio Grande afirmou que a polêmica LAC não é autolicenciamento. "O órgão ambiental segue emitindo as licenças ambientais e atua na fiscalização posterior à emissão da licença", ponderou.

Segundo a Sema, dos mais de 20 mil processos licenciatórios emitidos desde 2021, quando a LAC foi regulamentada, apenas 177 foram pelo sistema de compromisso.

Rebecca Omena/MF

Zucman diz que seriam afetados só 3 mil pessoas com patrimônio acima de US$ 1 bi

Taxação de super-ricos e de milionários pode gerar US$ 390 bi

Proposta foi encomendada pelo Brasil para G20

O economista Gabriel Zucman, vencedor do Nobel de Melhor Jovem Economista Francês em 2018, apresentou nesta terça-feira a proposta de taxação mínima global sobre super-ricos no mundo encomendada pelo Brasil na presidência do G20.

Zucman defendeu que as 3 mil pessoas com patrimônio acima de US$ 1 bilhão tenham suas fortunas taxadas em no mínimo 2%, por meio de uma taxa global mínima. Isso permitiria gerar US$ 250 bilhões. Os super-ricos representam apenas 0,0001% da população mundial, mas controlam US$ 14,2 trilhões. Em 1987, representavam 3% do PIB mundial; atualmente, equivalem a 14%, calcula Zucman. No Brasil, são apenas 50 pessoas com patrimônio acima de US$ 1 bilhão.

O documento de 50 páginas mostra que a taxa de crescimento da riqueza dos super-ricos é de, em média, 7,5% ao ano nas últimas quatro décadas (antes de impostos). A tributação sobre riqueza, distribuída em ativos, imóveis, ações, participação na propriedade de empresas, entre outros, equivale atualmente a apenas 0,3%.

"As grandes fortunas se beneficiam de um enorme privilégio fiscal: pagam muito menos impostos do que todas as outras categorias sociais", disse à Agência France Press (AFP) o autor do estudo. Isto ocorre principalmente devido aos sistemas tributários, com impostos mais elevados sobre a renda do que sobre os bens, explicou Zucman.

O economista também apresentou opção de se tributar em 2% quem tem patrimônio acima de US$ 100 milhões. Se implementada, a taxação possibilitaria uma arrecadação extra de até US$ 140 bilhões, o que, somado ao imposto sobre super-ricos, totalizaria US$ 390 bilhões.

Varejo projeta aumento de vendas acima de 6% de junho a agosto

O Índice Antecedente de Vendas (IAV) do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) nominal, que considera a participação das atividades no volume total de vendas do comércio varejista medido pelo IBGE, apresenta previsão de crescimento de 6,9% em junho, 6,1% em julho e 6,8% em agosto, sempre em relação aos mesmos meses do ano anterior. Em maio, houve alta de 6,1%.

Já os últimos dados apresentados pelo IAV-IDV ajustados pelo IPCA, de abril/24, apontam alta de 2,6% em junho, 1,7% em julho e 2,6% em agosto. Em maio, a variação nominal registrou alta de 2,2% em relação ao mesmo mês de 2023.

As projeções são feitas a partir dos dados individuais que cada empresa associada ao IDV informa em relação à sua expectativa de faturamento para os próximos três meses. Esse conjunto de empresas que compõe o índice possui representantes em todos os setores do varejo e representam, aproximadamente, 20% das vendas no varejo brasileiro.

No setor de supermercados, hiper, alimentação, bebidas e fumo, maio teve alta de 4,8% em relação ao mesmo mês de 2023. Para os próximos três meses, as previsões são de alta de 7,9% em junho, 5,2% em julho e 7,1% em agosto.

No setor de material de construção, maio mostrou alta de 3,8% em relação ao mesmo mês de 2023. Para os próximos três meses, as previsões são de crescimento de 8,3% em junho, 4,3% em julho e 5,8% em agosto.

No setor de outros artigos de uso pessoal e doméstico, maio mostrou crescimento de 14,7% em relação ao mesmo mês de 2023, e as previsões são de crescimento de 15,9% em junho, 16,5% em julho e 18,1% em agosto.

No setor de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos, maio mostrou crescimento de 16,1% em relação ao mesmo de 2023, e as previsões são de crescimento de 19,9% em junho, 20,7% em julho e 17,9% em agosto.

Espanha zera IVA sobre o azeite, 3x mais caro desde 21

O governo espanhol aprovou nesta terça-feira a redução temporária do Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA) do azeite para 0%, bem como a inclusão do produto no grupo de bens essenciais. A medida surge em resposta ao grande aumento do preço nos últimos anos, devido às fracas colheitas de azeitona resultantes da seca. A Espanha é o maior produtor, consumidor e exportador de azeite do mundo.

A redução foi aprovada pelo Conselho de Ministros (gabinete) e vigorará de 1º de julho a 30 de setembro, explicou a ministra das Finanças e primeira vice-presidente do governo, María Jesús Montero, em conferência de imprensa.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, o azeite ficou 62,8% mais caro em maio do que no mesmo mês do ano anterior e, desde janeiro de 2021, o preço acumulou alta de 198,5%, ou seja, o seu custo quase triplicou nos últimos três anos.

No Brasil, o preço do azeite subiu quase 50% de maio de 2023 a maio de 2024, segundo dados do IPCA, calculado pelo IBGE. O Brasil importa a maior parte do óleo da azeitona que consome, sendo 53% proveniente de Portugal.

Na semana passada, o ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação da Espanha, Luís Planas, explicou que a decisão se deveu ao fato de o governo ter detectado uma evolução negativa nos níveis de consumo de azeite de forma específica em 2024.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,4514
Dólar Turismo	R$ 5,6670
Euro	R$ 5,8408
Iuan	R$ 0,7513
Ouro (gr)	R$ 405,70

ÍNDICES

IGP-M	0,89% (maio)
	-0,31% (abril)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

No século 21: o Brasil, a Petrobrás e o que nos aguarda

Por Pedro Augusto Pinho

Notícia divulgada dia 12 de junho, vinda da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), nos dá conta que a produção de óleo e gás natural, no mês de maio/2024, cresceu 29 mil barris por dia (b/d) em relação a abril. Dentre os países que mais contribuíram estão a Guiné Equatorial e o Gabão.

A África petroleira está se libertando da tutela colonial europeia principalmente ao sul do deserto do Saara, nas imediações do Sahel, onde se encontra a Guiné Equatorial. Nestes países há a expectativa muito positiva de novas descobertas de petróleo.

Também todos indicadores apontam como petrolífera porção marítima da Faixa de Gaza, o que não espanta, pois o Oriente Médio é o local de maiores reservas no Planeta. E explica também o genocídio que o Estado de Israel, este braço informal da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), criado pelo interesse colonial inglês ao meio do mundo árabe, onde estão os maiores produtores de petróleo, vem praticando.

Faz cerca de 100 anos que iniciou a tragédia que vivemos agora. Embora a situação da energia tenha piorado substancialmente a partir do domínio financeiro no mundo, em especial o Ocidental, dos Estados Unidos da América (EUA), da Otan e de seus asseclas e colônias, com as desregulações financeiras da década de 1980, culminando com a divulgação, em 1989, do Consenso de Washington, a bíblia neoliberal para todos governos.

Em 1922, os EUA deixavam de ser autossuficientes na produção de petróleo e começavam a importá-lo da Venezuela. Também neste ano era constituída a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que tirava do Ocidente o petróleo do Azerbaijão.

A resposta dos capitais petroleiros não se faz esperar. Em 17 de setembro de 1928, seus principais líderes – John D. Rockefeller, Willian Knox D'Arcy, Henry Deterding, Calouste Gulbenkian – pessoalmente ou por representantes, reuniram-se no Castelo de Achnacarry, na Escócia, dando origem às Sete Irmãs, que dominaram por quase meio século a indústria do petróleo.

Quando a união da Venezuela com os países árabes exportadores formou, em 1960, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), o mundo do Atlântico Norte, que o jornalista Pepe Escobar denomina ironicamente OTANISTÃO, iniciou sua guerra ao petróleo.

Não foi uma guerra de exércitos, militar, embora aqui ou ali mostrassem sua presença, foi acima de tudo a guerra da informação conceitual, mas darão o entendimento midiático que, aproximadamente, seria de salvar o mundo da poluição, como os ecologistas salvavam as baleias nos anos 1960.

Esta agressão ao mais barato e versátil insumo energético não se faz por motivos altaneiros nem pelo amor à humanidade. Simplesmente porque o petróleo, em 2022, representava 55% da energia produzida, e, somado ao carvão mineral, atingia 82% de toda energia que movimentava o Planeta. E os capitais financeiros, que dominam o Ocidente, não têm mais o controle de suas reservas, como anteviram no surgimento da Opep.

Inúmeras falácias circulam em torno da energia. Têm feito a fortuna de oportunistas bem relacionados com o poder. Talvez a saída do Jean Paul Prates da presidência da Petrobrás seja o início de outra cadeira giratória como se deu de junho/2018 até janeiro/2023: cinco presidentes. E pensar que com Médici e Geisel foi um presidente por quinquênio, salvo em curto período da impossibilidade legal da acumulação de cargos. E foi dos melhores momentos da Petrobrás: do poço ao posto! Cresceu e descobriu o petróleo no mar.

As finanças nos impuseram as denominadas energias renováveis, que por dependerem sempre do petróleo e seus derivados não são energias tão primárias para figurarem ao lado do carvão mineral, do petróleo, da hidroeletricidade e da nuclear.

Transição energética?

Pergunte a duas ou três pessoas de suas relações o que entende por "transição energética". Pouco provavelmente responderão com rigor. Três fontes de energia, sob denominação de primárias, são apresentadas nas estatísticas internacionais: eólica, solar e biomassa. As energias eólica e solar têm o mesmo defeito da hidroeletricidade, porém com custo enormemente superior à dos rios: a intermitência. É a energia para os apagões.

A revista *Solidariedade Ibero-americana*, nº 12, maio de 2024, apresenta o artigo especial com título "Brasil não pode priorizar fontes de energia intermitentes". O artigo tem por base a advertência do engenheiro Altino Ventura Filho, que foi presidente da Eletrobrás e secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, e dos debates realizados no Comitê de Energia da Academia Pernambucana de Engenharia, nestes dois últimos anos.

As falhas apontadas têm origem na própria ideologia neoliberal, que coloca nas relações do mercado a fonte das diretrizes operacionais. Ora, caros leitores, sem planejamento, minuciosamente estudado, debatido por tecnologias aplicadas e por níveis decisórios, as fontes de problemas se multiplicam. E o que fazem os neoliberais, improvisos e cópias, talvez eles até acreditem no mundo unipolar, mas a realidade é múltipla, a solução para o centro-oeste brasileiro quase certamente não resolverá as questões do sudeste ou do nordeste.

E onde está o planejamento energético brasileiro? Haver vento e insolação não significa o êxito das energias eólica e fotovoltaica para o Brasil. O que fez o ex-presidente Prates ao contratar por R$ 130 milhões da empresa WEG um megagerador, de 1.830 toneladas, como primeiro de uma série, a partir de 2025 (*O Globo*, João Sorima Neto, 13/9/2023)? Se o Brasil tem petróleo suficiente para quase um século de suprimento nacional e por preço e qualidade de abastecimento energético melhor, mais seguro e muito mais barato?

No artigo citado, Altino Ventura Filho conclui seu NÃO à expansão das energias intermitentes elencando quatro aspectos, sendo o terceiro um caso que separamos para comentar:

"1) elevação dos custos da energia elétrica no País;

2) deterioração da qualidade do suprimento nacional de energia elétrica; e

4) aumento nas expectativas de geração térmica a combustíveis fósseis, com elevação das emissões dos gases de efeito estufa oriundo do setor elétrico nacional e com elevação dos custos para os consumidores".

O terceiro aspecto trata da "operação das usinas hidroelétricas das bacias hidrográficas do País, com eventos frequentes de secas e cheias, dificultando o uso dos recursos hídricos nacionais para outras prioridades que não a hidroeletricidade".

Temos em diversas ocasiões insistido que a gestão da malha fluvial brasileira é assunto de altíssima relevância para todos nós. E só pode ser resolvido, no mínimo, por planejamento centralizado e estatal, com âmbito nacional. Mas parece violentar cânone sagrado neoliberal que impõe a privatização, até quando é claramente impraticável.

Com uso planejado da malha fluvial, de grande interesse para todo Brasil, a luta pelo petróleo deixa de ser apenas combate geológico, econômico, para ser midiático, comunicacional.

Tem-se início pela integração da malha. As barragens das hidrelétricas se inserem neste projeto que criará o modal fluvial unindo o norte ao sul do País. Isso existe na Europa, em diversos países, observáveis nas eclusas, comportas e inúmeros canais interligando os rios. Mas se observa também na China, em extensões maiores.

Temos então um modal de transporte e um gerador de eletricidade. Mas não se esgota aí. Tem-se a ampliação das malhas de irrigação, pelos próprios canais de união dos rios e nos lagos da contenção das águas. Que também poderão ser utilizados para o saneamento básico.

Basta o planejamento centralizado e a vontade política. Até a execução das obras, certamente, e das operações podem estar alocadas a empresas privadas brasileiras. O Brasil será bem melhor com este projeto, gerará mais emprego e vida mais confortável para todos.

Porém os cataventos do senhor Prates apenas têm garantida a despesa!

Economia de baixo carbono

Quando se trata de combater o bem mais necessário à sociedade e do qual perdeu o controle do fornecimento, os capitais financeiros, atualmente apátridas, não têm mãos a medir. Aqueles mesmos que, em passado recente, desmataram a Europa, eliminaram florestas sobreviventes das eras glaciais, agora tremem de pudor diante de uma simples "costela-de-adão", com a licença do mundo vegetal.

O inimigo é o carbono na atmosfera, especialmente o CO2, o dióxido de carbono. E surge uma economia como ocorreu na substituição energética.

A revista *Isto É Dinheiro*, ano 24, nº 1367, 20/3/2024, publica o artigo "A Descarbonização Precisa Ser Circular", de Beatriz Luz, fundadora e diretora da Exchange 4 Change Brasil e do Hub de Economia Circular Brasil.

Do artigo da professora Beatriz Luz: "Estudo da Fundação Ellen MacArthur com a organização Material Economics mostrou que o uso de energias renováveis, com captura de carbono e tecnologias emergentes, é capaz de reduzir apenas 55% das emissões totais de gases do efeito estufa. Outros 45% são emissões relacionadas a setores como o cimento, plásticos, aço, alumínio e de alimentos, e que podem ser reduzidas por meio de ações que visam a minimizar a geração de resíduos, estender a vida útil dos materiais, regenerar terras agrícolas e reparar produtos e máquinas". Beatriz Luz defende a perspectiva mais ampla que a limitada ao "carbono tunnel vision".

Porém examinemos no que consiste esta estreita visão carbonizante. A intensidade de emissão de carbono por barril de petróleo produzido caiu, na Petrobrás, mais do que a metade desde 2009, atingindo 14,2kgCO2e/boe, ou seja, pouco mais de 14 quilos de gás carbônico por barril de petróleo equivalente (boe).

Há um limite, mas não é somente o petróleo quem causa esta poluição. O desmatamento provocado pelo agronegócio, aquele que é pop, e ocorre de modo permanente, polui o ar do campo e da cidade. As capitais, as grandes cidades têm toda indústria e as ações domésticas contribuindo para um ar pouco saudável. Concentrar no petróleo, o que Beatriz Luz não o faz, é se posicionar ao lado das finanças apátridas contra os interesses nacionais brasileiros.

A biomassa

A biomassa surge no Brasil pelas mãos sábias e corretas do baiano, doutor em física nuclear, José Walter Bautista Vidal (1934-2013). Compreendendo o momento do Proálcool. Desde os governos dos tenentistas dos anos 20 (Costa e Silva, Médici e Geisel, 1967-1979), o Brasil teve no desenvolvimento tecnológico, econômico e social seu principal objetivo. Pode parecer óbvio, mas vendo o atual congresso pode-se ter a dimensão do que isso já significou.

Porém o País só produzia 200 mil barris diários para a demanda de 1 milhão. Esta diferença era importada no momento que o petróleo subia de preço no exterior. A competência da Petrobrás, negociando contratos por prazos de entrega, enviando seus técnicos para prestar serviços nos países produtores, reduzia o dispêndio que era, de qualquer modo, alto e financiado.

Em 1971, os EUA rompem com o modelo econômico-financeiro vigente e estouram os custos dos empréstimos. Poderia ser o fim de nosso projeto de desenvolvimento.

Geisel chama Bautista Vidal e surge o Proálcool da cana-de-açúcar. Foi um grande alívio para nosso desenvolvimento, mas, na forma do costume, foi combatido pelas forças do atraso, de então.

E hoje? Como está a biomassa brasileira, depois que se consolidou a Embrapa, surgiram por todo país os Movimentos dos Sem Terra (MST), produzindo para alimentação e com cultura e instrução para receber o projeto da energia da biomassa? E sendo menos emissora de carbono na atmosfera?

Entregue à Shell, aqui renomeada Raízen, seguida pela British Petroleum (BP), a BP Bunge Bioenergia, a biomassa é controlada por multinacionais do setor da energia. E a Petrobrás, que deu a partida com o Proálcool? Ora, a Petrobrás foi fatiada e vem sendo vendida por partes: uma reserva de petróleo em terra em Sergipe, a malha de dutos do Sudeste, a mais antiga refinaria brasileira na Bahia, um pedaço do pré-sal que não pode ser todo porque só a Petrobrás dispõe da tecnologia, até que a empresa integrada de petróleo se transforme numa imobiliária, alugando salas comerciais no Rio de Janeiro.

Ou não é este o projeto iniciado por Fernando Collor, aprofundado por Fernando Cardoso e dado prosseguimento por Lula e Dilma, novamente com grande avanço com Temer e Bolsonaro e, hoje, à espera do milagre para ressuscitar?

Pedro Augusto Pinho é administrador aposentado. O autor mantém Petrobras com acento agudo no "a".

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Economia de São Paulo patina com Tarcísio de Freitas

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, quer aumentar o apoio na Faria Lima mostrando que é capaz de fazer arrocho fiscal. O problema é que a população fora dos escritórios do mercado financeiro tem demandas que não estão sendo atendidas pelo governo paulista, que patina na economia.

Pesquisa da Fundação Seade – com base em números do Ministério do Trabalho – aponta a criação de 76 mil vagas de trabalho com carteira assinada em abril no território paulista, uma alta de mero 0,5%. O crescimento está dentro da média do Brasil, que foi de 0,52% em relação ao estoque de março. O total de emprego com carteira acumulado em 2024 também teve aumento similar: 2,1% em São Paulo, 2,11% no País. Para a locomotiva do Brasil, muito pouco.

O pacote fiscal de Tarcísio apresenta números bilionários, mas que não parecem ter relação com a realidade. Fala em cortar R$ 20 bilhões em subsídios fiscais. O porém é que limitar essas benesses esbarra em fortes lobbies, tal como ocorre no Governo Federal. De concreto, o governo paulista tenta fazer caixa em cima da União, renegociando a dívida, o que deve proporcionar estimados R$ 4 bilhões por ano.

Derrama do Zema

Se o governo mezzo bolsonarista de São Paulo se apega a cortes fiscais, o do um pouco mais bolsonarista Romeu Zema apela por arrochar o contribuinte. A Secretaria de Fazenda de Minas exige que os auditores fiscais arrecadem R$ 3,6 bilhões a mais do que o inicialmente previsto para 2024. As entidades dos auditores dizem que a medida pode ser considerada a "Derrama do século 21", repetindo – como farsa – os efeitos que motivaram a Inconfidência mineira.

Estranho (será?) é que não aparecem pesados editoriais nos jornalões criticando o aumento da carga tributária.

A realidade das crianças em Gaza

Dez crianças perdem uma ou ambas as pernas a cada dia no genocídio empreendido por Israel em Gaza. Os relatórios indicam que 14 mil crianças foram mortas; aproximadamente 4 mil foram dadas como desaparecidas e 17 mil estão desacompanhadas após quase nove meses de bombardeios.

Os dados foram apresentados por Philippe Lazzarini, chefe da Agência de Assistência e Obras das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA).

Joe Biden e outros apoiadores do genocídio, que repercutiram fake news sobre crianças decapitadas pelo Hamas, ignoram o relato de crueldade.

Rápidas

O administrador Wagner Siqueira, presidente do CRA-RJ, foi eleito presidente do Fórum Estadual dos Conselhos Regionais e Ordens de Profissões regulamentadas RJ *** O Mundo Verde anunciou Ana Paula Seixas como CEO *** Neste sábado, às 19h, tem show gratuito no West Shopping com o grupo Forró Maravilhas *** Música no Museu estará nesta quarta-feira, 12h30, no Centro Cultural Banco do Brasil RJ. O músico Matheus Constante executará ao piano clássicos de Mendelssohn, Debussy e Villa-Lobos *** Para comemorar seus 35 anos, o CCBB RJ abre neste sábado a exposição *Primeiro de Março 66 – Arquitetura de Memórias*, que resgata a importância arquitetônica do icônico prédio. Com curadoria do antropólogo e fotógrafo Milton Guran, ficará até 16 de dezembro.

Arrecadação: R$ 202,98 bi eleva acumulado do ano para R$ 1,09 tri

Melhor resultado para o período até maio desde o início em 1995

A arrecadação da União com impostos e outras receitas teve recorde para o mês de maio, alcançando R$ 202,98 bilhões, segundo dados divulgados nesta terça-feira pela Receita Federal. O resultado representa aumento real de 10,46%, ou seja, descontada a inflação, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em comparação com maio de 2023.

É o maior valor para meses de maio desde 1995, início da série histórica. Também é o melhor desempenho arrecadatório para o acumulado de janeiro a maio de 2024. No período, a arrecadação alcançou o valor de R$ 1,09 trilhão, representando um acréscimo pelo IPCA de 8,72%.

Os dados sobre a arrecadação estão disponíveis no site da Receita Federal. Quanto às receitas administradas pelo órgão, o valor arrecadado no mês passado ficou em R$ 196,68 bilhões, representando acréscimo real de 10,4%.

Os resultados foram influenciados positivamente pelas variáveis macroeconômicas, resultado do comportamento da atividade produtiva e, de forma atípica, pela tributação dos fundos exclusivos, atualização de bens e direitos no exterior e pelo retorno da tributação do PIS/Cofins sobre combustíveis. Por outro lado, houve perda de arrecadação no mês de maio em razão da situação de calamidade ocorrida no Rio Grande do Sul. Dos 497 municípios gaúchos, 478 foram afetados, uma população de mais de 2,4 milhões.

"Sem considerar os pagamentos atípicos, haveria um crescimento real de 5,71% na arrecadação do período acumulado e de 7,14% na arrecadação do mês de maio", informou a Receita Federal. O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, explicou que alguns fatores não são possíveis medir, mas há estimativas como sobre o diferimento de tributos federais em razão dos decretos de calamidade pública dos municípios. Com isso, a perda de arrecadação em maio chegou a R$ 4,4 bilhões.

"Parte dos tributos em relação àqueles 499 municípios, que foram decretados a situação de emergência, tiveram a prorrogação por dois meses. Em relação aos contribuintes do Simples, a prorrogação foi de um mês só, em relação a esses municípios. E depois nós temos o efeito da calamidade, ou seja, houve quebra de estrutura da atividade produtiva, você teve ali nitidamente a interrupção da geração de renda. Então, você teve também a queda da arrecadação por esses fatores", disse Claudemir Malaquias durante coletiva de imprensa para apresentar os resultados da receita.

"Quando a gente está estimando R$ 4,4 bilhões é em relação à arrecadação do ano anterior. É claro que a gente não consegue isolar os efeitos, uma vez que há um concurso de fatores que vão interferir no resultado final. Parte desses tributos poderá ser recuperada após o término do prazo de diferimento, mas parte certamente não virá em razão da interrupção ou da perda realmente de receitas decorrente da atividade que foi obstruída pelo efeito das enchentes", acrescentou.

Imposto de Renda

Segundo a Agência Brasil, contribuindo para melhorar a arrecadação, em maio, houve recolhimento extra de R$ 820 milhões do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) – Rendimentos de Capital, referente à tributação de fundos exclusivos, o que não ocorreu no mesmo mês de 2023. A lei que muda o Imposto de Renda incidente sobre fundos de investimentos fechados e sobre a renda obtida no exterior por meio de offshores foi sancionada em dezembro do ano passado.

No total, a arrecadação do IRRF-Rendimento de Capital teve alta de 6,46% em relação a maio de 2023, alcançando R$ 8,22 bilhões. No acumulado do ano, a arrecadação com esse item chega a R$ 52.85 milhões, crescimento real de 25,08%, sendo R$ 12,1 bilhões decorrentes da tributação dos fundos exclusivos.

Com base na mesma lei das offshores, as pessoas físicas que moram no Brasil e mantêm aplicações financeiras, lucros e dividendos de empresas controladas no exterior tiveram até 31 de maio para atualizar seus bens e direitos no exterior. Com isso, em maio, o Imposto de Renda Pessoa Física apresentou uma arrecadação de R$ 23,02 bilhões, com crescimento real de 44,82%. Só com a regularização, foram arrecadados R$ 7,26 bilhões.

O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) – Trabalho apresentou uma arrecadação de R$ 16,81 bilhões, crescimento real de 12,58%, em função do crescimento da massa salarial. De janeiro a maio, a arrecadação desse item chega a R$ 94,63 bilhões, alta de 6,56%.

PIS/Pasep

Já a reoneração das alíquotas do PIS/Pasep sobre combustíveis contribuiu para evitar a perda de arrecadação. Em maio de 2023, a desoneração com esses tributos havia sido de R$ 3 bilhões.

Também foram destaque da arrecadação de maio o PIS/Pasep e a Cofins, que apresentaram, no conjunto, uma arrecadação de R$ 40,52 bilhões no mês passado, representando crescimento real de 11,74%. No acumulado do ano, o PIS/Pasep e a Cofins arrecadaram R$ 210,61 bilhões. O desempenho é explicado, entre outros aspectos, pelo retorno da tributação incidente sobre os combustíveis e pela atividade produtiva, com aumento na venda de bens e serviços.

Considerando o acumulado do ano, a Receita Previdenciária totalizou uma arrecadação de R$ 263,97 bilhões, com crescimento real de 5,92%. Esse resultado também se deve à alta real de 6,76% da massa salarial. Além disso, houve crescimento de 15% no montante das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária, no período de janeiro a maio de 2024 em relação ao mesmo período do ano anterior. Apenas em maio, a Receita Previdenciária teve aumento real de 2,74%, chegando a R$ 51,67 bilhões.

Indicadores econômicos

A Receita Federal apresentou os principais indicadores macroeconômicos que ajudam a explicar o desempenho da arrecadação no mês. Entre eles, estão o crescimento da venda de bens e serviços, respectivamente, em 4,9% e 5,6% em abril (fator gerador da arrecadação de maio) e alta de 3,6% e 1,51% entre dezembro de 2023 e em abril de 2024 (fator gerador da arrecadação do período acumulado).

A produção industrial também subiu 10,27% em abril passado e 2,47% no período acumulado. O valor em dólar das importações, vinculado ao desempenho industrial, teve alta de 0,37% em abril de 2024 e de 0,98% entre dezembro de 2023 e abril de 2024. Também houve crescimento de 16,02% da massa salarial em abril e de 11,3% no acumulado encerrado no mês.

"Todos os indicadores positivos sinalizam uma explicação para o crescimento da arrecadação na comparação com o ano passado. A trajetória de crescimento está na casa 8% em termos reais e 12% em termos nominais. Isso tudo está sendo explicado pela ativação da atividade econômica. Uma atração maior na atividade econômica, no consumo, a gente vai ter um desempenho melhor dos tributos vinculados ao faturamento das empresas. E também a massa salarial, como já vem sido destaque desde meados do ano passado, a trajetória crescente da redução do nível de desemprego está sendo responsável pelo crescimento do Imposto de Renda na fonte, sobre o trabalho e também da Previdência", explicou Claudemir Malaquias.

Educbank Pagamentos Educacionais S.A.
CNPJ/MF nº 37.315.476/0001-21 - NIRE 35.300.555.201
Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os Acionistas da **Educbank Pagamentos Educacionais S.A.** ("Companhia"), conforme disposto no Artigo 8, do Estatuto Social da Companhia e nas Cláusulas 4.1.2 e 4.1.3 do Acordo de Acionistas, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 04 de julho de 2024, às 08h45, com a presença de acionistas que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) do capital social com direito de voto, ou, em segunda convocação, no dia 10 de julho de 2024, às 08h45, com a presença de qualquer número dos acionistas com direito de voto, em ambiente virtual pelo link https://us02web.zoom.us/j/5058965956?pwd=VUJJUGVtSU9iWHd4TGw2T3E2b3ZyUT09, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) a reeleição de Danilo Pereira da Costa Filho, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 62.587.444 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 019.217.401-08, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Salvador Cardoso, 67, 10º Andar, Itaim Bibi, CEP 04533-050, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 25 de junho de 2024.
Danilo Pereira da Costa Filho
Presidente do Conselho de Administração

Passagem de ônibus não poderá ser paga em dinheiro no DF

A partir de 1º de julho, os moradores do Distrito Federal não poderão embarcar nos ônibus sem o uso de cartões de Mobilidade, Crédito ou Débito. Ou seja, a medida, divulgada no *Diário Oficial do Distrito Federal*, determina que as passagens pagas em dinheiro em espécie não serão aceitas. A RB Serviços, empresa gestora de benefícios ao trabalhador, analisa uma administração mais cautelosa durante a transição e alerta para a resistência no uso de bilhete e dinheiro em algumas regiões brasileiras e a oportunidade de irregularidades de empresas com o VT.

Gisele Andrade, especialista em benefícios trabalhistas e gerente de recursos humanos na companhia de gestão em Vale-Transporte RB Serviços comenta que no Brasil ainda costumam a utilizar dinheiro em espécie ou bilhetes de papel no transporte público – o que não é irregular, mas torna a digitalização um processo mais resistente no país. Para ela, a preocupação também cabe ao vale-transporte, benefício trabalhista que, mesmo com os avanços, ainda sofre com irregularidades vindo de empresas que efetuam o pagamento em papel-moeda.

"Quando falamos em vale-transporte, é importante lembrar que, conforme determina a lei (artigo 110 do Decreto nº 10.854/2) este benefício não pode ser pago em dinheiro aos colaboradores. No entanto, algumas empresas cometem essa infração por falta de conhecimento ou para atender às necessidades de municípios e transportadoras que ainda aceitam esse método. Além disso, em relação às passagens de modo geral, a transição para novas formas de pagamento em localidades mais vulneráveis, com forte cultura local ou com uma população mais idosa, requer atenção especial. É essencial garantir acessibilidade aos cartões de transporte, fornecer orientações sobre como utilizá-los, educar corretamente os usuários e promover uma distribuição antecipada que permita testes antes da implementação definitiva", ressalta.

A especialista cita que em Goiás, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Tocantins, Paraná entre outros estados que já possuem o sistema digital integrado, ainda aceitam passagens em bilhetes físicos ou dinheiro, especialmente em cidades menores e com população pequena.

"Os municípios que ainda aceitam esse formato mais tradicional de pagamento estão geralmente localizados no interior. Nessas áreas, a população é menor e há uma cultura local de relacionamento mais afetivo entre motoristas e passageiros, o que facilita a cobrança em espécie. Já em grandes cidades, que estão mais avançadas na digitalização dos serviços, mas que ainda aceitam o método antigo de pagamento, essa prática persiste devido às políticas de flexibilidade das operadoras de transporte locais e à falta de fiscalização das prefeituras", explica Gisele Andrade, especialista em benefícios trabalhistas da RB Serviços.

Os dados do World Resources Institute (WRI) revelam que 80% dos deslocamentos urbanos no Brasil têm como destino o trabalho ou o estudo, evidenciando a importância dos trens, ônibus e metrôs na rotina da população para sanar os trajetos diários.

Já o levantamento feito pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas/SPC (CNDL) alerta que moradores de grandes centros utilizam, em média, 2,5 conduções diariamente, comprovando a necessidade de uma melhoria na mobilidade de integração, tempo gasto no trajeto e falta de políticas desenvolvimentistas para os trabalhadores - vindo de parcerias entre empresas, municípios, estado e operadoras.

Partindo disso, segundo a especialista, ao pensar no vale-transporte e sua projeção mais voltada ao itinerário de trabalho, é esperado das empresas uma gestão eficiente do benefício aos colaboradores, sem irregularidades no pagamento, expansão da utilidade de cartões e tecnologias para diversas classes promovendo equidade, avanço da digitalização do sistema para otimização e controle no pagamento, autonomia ne pagamento, além de um olhar mais progressista para uso sustentável .

"O Brasil caminha para que os programas de mobilidade urbana, envolvendo o transporte público, possam evoluir nas opções mais personalizadas e flexíveis aos trabalhadores, levando em consideração suas necessidades individuais de deslocamento, como horários de trabalho flexíveis, distâncias percorridas, preferências de transporte e critérios sustentáveis. Isso para todas as classes e regiões, visando inclusão. Ainda há muito o que melhorar, mas não estamos em desfalque se comparados aos outros países da Europa e continentes que são referências", finaliza Andrade.

E-commerce: saúde e beleza foi o único setor que cresceu em cinco meses

De dezembro de 2023 a abril deste ano, o setor online de saúde e farmácia alcançou 137,3 milhões de visitantes únicos, um crescimento de 16% em cinco meses. Foi o único segmento do varejo online que se manteve em crescimento dentre as 18 categorias de comércio eletrônico nacional, de acordo com o Relatório Setores do E-commerce no Brasil, da Conversion.

Segundo dados da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), no ano passado, o varejo farmacêutico (físico e digital) registrou R$ 91,3 bilhões em vendas, uma alta de 13,5% em relação a 2022. Apenas nas vendas virtuais, a receita das maiores redes do país foi de R$ 9,34 bilhões no mesmo período, conforme a Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC).

Impactado principalmente pela alta demanda por produtos de beleza e estética – um mercado no qual o Brasil lidera na América Latina -, o setor projeta que a demanda continuará positiva no restante do ano. Essa previsão é impulsionada devido a chegada do inverno, ao pico de infecções, às campanhas de vacinação contra gripe e outras doenças sazonais, que cresceram por conta das condições climáticas extremas.

Hoje, metade das compras gerais pela internet são realizadas via smartphones, de acordo com um levantamento feito pela Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm) no ano passado. E não seria diferente no setor de saúde. Ainda conforme o Relatório dos Setores, 82% de todos os visitantes do segmento de saúde e farmácia acessam produtos ou serviços via dispositivo móvel, enquanto apenas 18% utilizam desktops.

A categoria é o quarto segmento mais acessado por mobile, ficando atrás do setor infantil, joias e relógios e calçados . Além disso, é um dos setores que mais oferece descontos, principalmente frete grátis, que é um dos maiores incentivos para a finalização de uma compra. A entrega sem custo adicional, a pesquisa de diferentes preços na palma da mão e a possibilidade de não precisar sair de casa são os principais motivos que parecem fomentar esse consumo virtual.

A fusão RD Saúde lidera o primeiro e segundo lugar em acessos desde fevereiro de 2023. Separadamente, nos últimos cinco meses, a Drogaria Raia cresceu 14% e sua parceira, Drogasil, 26% em visitas mensais únicas.

O maior grupo varejista farmacêutico do Brasil detém hoje 31,6% do share of traffic consolidado, ou seja, domina mais de um quarto de todo o tráfego da categoria.

Em vendas físicas e digitais, foram mais de R$ 200 milhões em lucro no primeiro trimestre de 2024, um crescimento de 4,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior, conforme a própria rede de drogarias.

Por sua vez, apesar de se manterem entre as cinco primeiras posições, as três marcas que completam o ranking sofreram uma "dança das cadeiras" desde dezembro.

O maior crescimento nos últimos cinco meses foi da plataforma Consulta Remédios, com 46% de avanço no tráfego. Sua concorrente, Drogaria São Paulo, que faz parte da rede DPSP – fusão com a Drogaria Pacheco – alcançou 12 milhões de acessos em abril, com um crescimento de 24% em relação a dezembro.

O mercado de suplementos esportivos também entrou no pódio. Isso porque a empresa Growth Suplementos conquistou uma alta de 20% em relação ao último mês de 2023, com 11 milhões de usuários únicos visitando seu site. Cabe enfatizar, nesse sentido, que ela não é a única marca de complemento nutricional entre os e-commerces da categoria. Em conjunto com a Max Titanium, as duas empresas somam 9,1% das visitas de todo o segmento de saúde e farmácia.

O mercado de beleza brasileiro é o quarto maior do mundo, contribuindo para a geração de empregos, o empreendedorismo, as exportações, a inovação e, até mesmo, para o turismo. Mas as mudanças previstas pela reforma tributária estão preocupando as lideranças empresariais do segmento de serviços de beleza, que já vislumbram um aumento significativo da carga tributária.

Reunião de empreendedores do setor liderada pelo Beleza Patronal, sindicato que representa os estabelecimentos de beleza do Estado de São Paulo – em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Associação Brasileira de Salões de Beleza -, debateu os possíveis impactos da mudança tributária para essas empresas e, de forma mais abrangente, para o empreendedorismo feminino, cuja participação nesse mercado é relevante.

A nova legislação pode representar uma alta da tributação na ordem de até 160% para esses negócios. Os dados, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), consideram a alíquota geral prevista pelo Governo Federal de 26,5%. Em números, isso significa deixar de despender pouco mais de R$ 8,2 mil e passar a pagar cerca de R$ 20,2 mil, considerando uma empresa com receita mensal de R$ 95 mil, tributada pelo lucro presumido, que representa um incremento de cerca de 146%, de acordo com cálculos da Fecomércio-SP.

Outra simulação realizada pela federação, com base em dados reais de empresas do setor, tributada pelo lucro real, indicam que uma empresa com receita mensal de R$ 315 mil, que atualmente paga R$ 39,9 mil, pagará R$ 69,3 mil, que corresponde a um aumento de cerca de 73%. Nos cálculos foram considerados créditos com despesas essenciais do setor, como aluguel, conta de consumo e produtos de consumo.

Atualmente, o setor de serviços está sujeito ao pagamento dos seguintes tributos sobre o consumo: o ISS, de 5%, e o PIS e a Cofins, de 3,65%: alíquota total de 8,65% no lucro presumido e no regime cumulativo (o mais adotado pela maioria dos prestadores de serviços) ou de 9,25% – se o regime for não cumulativo (lucro real). No entanto, a reforma praticamente extinguirá a cumulatividade, e, com isso, todos (excluindo as exceções no texto) passarão a pagar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) a uma alíquota somada estimada em 26,5%. Como os novos tributos são não cumulativos, é possível utilizar créditos dos valores pagos ao longo da cadeia, mas a preocupação é que o setor de serviços, de maneira geral, tem pouco a creditar.

No mercado de trabalho, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), os estabelecimentos enquadrados na atividade de cabeleireiros e de estética, além de outros serviços de cuidados com a beleza, registraram um estoque de 86,8 mil vínculos celetistas no País, em março deste ano. No Estado de São Paulo, eram quase 24,5 mil empregos com carteira assinada. Essa é uma pequena amostra da importância do setor para a geração de emprego e renda, considerando que há milhares de empreendedores individuais (cabeleireiros, esteticistas, maquiadores e outros especialistas) atuando no próprio negócio ou como parceiro em um salão de beleza, não sendo captado pelo Caged. Em 2022, por exemplo, 47% dos estabelecimentos não tinham empregados, enquanto 34% abrigavam entre um e quatro trabalhadores, segundo informações da Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Em termos financeiros, em 2021, de acordo com a PAS, os serviços prestados às famílias registraram uma receita operacional líquida de R$ 216,2 bilhões. Dentro desse escopo, os serviços pessoais – categoria em que o segmento da beleza está enquadrado – somaram, aproximadamente, R$ 17 bilhões. O valor corresponde a cerca de 7,9% do total. Em relação aos cabeleireiros especificamente, a PAS traz apenas um recorte das empresas com 20 ou mais pessoas ocupadas, que atingiram uma receita de R$ 1,28 bilhão em 2021.

Uno é o 'trintão' mais vendido no RJ

O Fiat Uno é o carro "trintão" mais comercializado por meio da OLX nos quatro primeiros meses deste ano no Rio de Janeiro. É o que revela o estudo do maior classificado de autos do país. O modelo representa 15,4% das vendas.

Volkswagen Gol "bolinha" ocupa a segunda posição no ranking, com 13,2% de participação cada. Em terceiro vem o Ford Escort, com 8,8%. O Uno também é o modelo mais procurado no período, seguido pelo Gol e Chevrolet Monza. Dentre os 20 modelos mais pesquisados pelos usuários, o Toyota Hilux teve a maior variação no comparativo com o primeiro quadrimestre de 2023, com crescimento de 274%.

O levantamento analisou o desempenho de automóveis clássicos fabricados em 1994, idade que, de acordo com a lei brasileira, possibilita que aqueles que mantiveram a maior parte das peças originais possam receber a placa de modelo de colecionador, na cor preta.

APL - ADMINISTRAÇÃO DE PÁTIOS E LEILÕES LTDA.
CNPJ: 29.953.833/0007-44

Aviso de Leilão - Edital nº 013/2024. Leilão: APLBP13-24. Data: 11 de julho de 2024, às 10 horas. **Local:** CLUBE DE ENGENHARIA, Avenida Rio Branco, 124, 22º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ; Sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br. Leiloeiro Oficial:** Gabriel Costa Mendes da Silva, Leiloeiro, matrícula 244 da JUCERJA. **Objeto:** Veículos conservados (automóveis, motocicletas etc.), veículos com impedimentos judiciais, sucatas inservíveis não identificadas e sucatas identificadas. A Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, RJ, torna público que realizará, na data acima, leilão de veículos conservados, retirados e/ou removidos, não reclamados por seus (suas) proprietários (as) no prazo legal, que se encontram no Pátio terceirizado da concessionária APL - Administração de Pátios e Leilões Ltda. A cópia do Edital completo poderá ser obtida junto ao pátio, situado à Rodovia Lúcio Meira (BR 393), Nº: 47097, Bairro Arthur Cataldi - Barra do Piraí, em dias úteis, das 9h às 15h ou ainda no sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br.**

Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.
CNPJ nº 14.863.121/0001-71
Cancelamento de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

A Presidente do Conselho de Administração de Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, comunica aos senhores acionistas o cancelamento da Assembleia Geral Extraordinária que estava convocada para o dia 26 de junho de 2024, às 11 horas, de forma virtual. O cancelamento da referida Assembleia se deve a questões operacionais e administrativas. Informamos que uma nova data para a realização da Assembleia Geral Extraordinária será definida e comunicada aos acionistas oportunamente, conforme os procedimentos legais e estatutários. Para quaisquer dúvidas ou informações adicionais, os acionistas podem entrar em contato por e-mail joaocursino@lntrans.com.br ou pelo telefone (21) 9.7112-6993. A Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A., agradece a compreensão de todos. **LUZIÂNIA-NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA S.A.. Rebecca Oliveira Xavier Santos** - Presidente do Conselho de Administração.

EGTC INFRA S.A.
CNPJ nº 03.852.459/0001-01 - NIRE 333.0032964-1
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024

Local, Dia e Hora: Sede da EGTC INFRA S.A. ("Companhia"), na Avenida Rio Branco, n° 156, sala 3001, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.040-901, em 30 de abril de 2024, às 11:00 horas. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da acionista única representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). **Mesa:** Presidente: André de Oliveira Câncio; e Secretário: Leandro Luiz Gaudio Comazzetto. **Ordem do Dia:** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e deliberar sobre a destinação do resultado do referido exercício. **Publicações do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e Relatório da Auditoria:** Jornal Monitor Mercantil, em 17 de abril de 2023, fls. 6 a 8 (Anexo I). **Deliberações:** Após exame e discussão da Ordem do Dia, a acionista única decidiu: (i) Nos termos do §4º do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, considerar sanada a inobservância do prazo previsto para publicação dos documentos listados nos incisos I, II e III do mesmo artigo; (ii) Sem restrições ou ressalvas, aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, com o respectivo parecer dos auditores independentes, sendo que no exercício a Companhia apurou lucro no exercício de R$116.169.239,10 (cento e dezesseis milhões, cento e sessenta e nove mil, duzentos e trinta e nove reais e dez centavos); (iii) Destinar parte do lucro líquido acima informado para compensar os prejuízos acumulados no montante de R$83.530.815,26 (oitenta e três milhões, quinhentos e trinta mil, oitocentos e quinze reais e vinte e seis centavos); (iv) Distribuir o saldo do lucro líquido, no montante de R$32.638.423,84 (trinta e dois milhões, seiscentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e oitenta e quatro centavos); e (v) aprovar a lavratura sumariada da ata desta assembleia geral, determinando o arquivamento na Companhia, depois de rubricados pela mesa, dos documentos que interessam à assembleia realizada. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lida e aprovada. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: André de Oliveira Câncio; e Secretário: Leandro Luiz Gaudio Comazzetto. Acionista única: Queiroz Galvão S.A., por André de Oliveira Câncio e Leandro Luiz Gaudio Comazzetto. Confere com o original lavrado no livro próprio. **André de Oliveira Câncio -** Presidente da Mesa; **Leandro Luiz Gaudio Comazzetto -** Secretário da Mesa. **Certidão** - Jucerja - Certifico o arquivamento em 06/06/2024 sob o nº 00006277044. Protocolo nº 2024/00456767-0 em 28/05/2024. **Gabriel Oliveira de Souza Voi** - Secretário Geral.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª VARA CÍVEL DO FÓRUM REGIONAL DE JACAREPAGUÁ
Rua Professora Francisca Piragibe, 80/sala 203 Taquara / RJ
Tel.: (21) 2444-8112 - E-mail: jpa05vciv@tjrj.jus.br
EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO ELETRÔNICO/ONLINE E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE EXECUÇÃO MOVIDA POR MARIA LORETO DE ALBBUQUERQUE em face de CUNHAS RIO CONSTRUÇÃO LTDA - PROCESSO Nº 0013741-61.2012.8.19.0203, na forma abaixo:

O(A) Doutor(a) **JOSE ALFREDO SOARES SAVEDRA** – Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados, e especialmente ao(s) devedor(es) supramencionado(s) - **CUNHAS RIO CONSTRUÇÃO LTDA** - que será realizado o público Leilão pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, **NA MODALIDADE ELETRÔNICO/ONLINE:** O Leilão estará disponível no portal eletrônico do Leiloeiro, www.alexandroleiloeiro.com.br, na forma dos Art. 887 do CPC, do inciso II do Art. 884 do CPC, do art. 882 do CPC/2015 e do §único do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência do **Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação, que será encerrado no dia 30/07/2024 às 12:00h e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 50% da avaliação, que será encerrado no dia 01/08/2024 às 12:00h. DO BEM A SER LEILOADO**: BEM PENHORADO Fls. 630 / AVALIADO FLS. 649/651: APARTAMENTO 102, NA RUA FERREIRA CANTÃO, N° 605/BLOCO 1 – IRAJÁ/RJ. (IPTU C/ 92m²). IMÓVEL REGISTRADO NO 8º RGI SOB O Nº 220113 E NA PREFEITURA SOB O Nº DE IPTU 3.163.868-7 – CL: 38794. (...) AVALIO O BEM ACIMA DESCRITO EM R$ 372.000,00 (trezentos e setenta e dois mil reais). E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo, **ficando o(s) Executado(s)/Condôminos(s) (CUNHAS RIO CONSTRUÇÃO LTDA) intimado(s) da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA JUNTADO NOS AUTOS, PUBLICADO NO SITE DO SINDICATO DOS LEILOEIROS DO RIO DE JANEIRO E NO SITE DO LEILOEIRO. CUMPRA-SE.** Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 06 de junho de 2024. Eu, digitei ___, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo___. (ass.) **JOSE ALFREDO SOARES SAVEDRA** – Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2ª VARA CÍVEL DO FÓRUM REGIONAL DE JACAREPAGUÁ
Rua Professora Francisca Piragibe, 80 Taquara, Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 2444-8108 - E-mail: jpa02vciv@tjrj.jus.br
EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO ELETRÔNICO/ONLINE E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO MOVIDA POR FLAVIA ROSENWALD FULLER e SERGIO ALBERTO ROSENWALD em face de CECILIA GAUDIN ROSENWALD - PROCESSO Nº 0008880-51.2020.8.19.0203, na forma abaixo: O(A) Doutor(a) **LIVINGSTONE DOS SANTOS SILVA FILHO** – Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados, e especialmente ao(s) devedor(es) supramencionado(s) - **CECILIA GAUDIN ROSENWALD** - que será realizado o público Leilão pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, **NA MODALIDADE ELETRÔNICO/ONLINE:** O Leilão estará disponível no portal eletrônico do Leiloeiro, www.alexandroleiloeiro.com.br, na forma dos Art. 887 do CPC, do inciso II do Art. 884 do CPC, do art. 882 do CPC/2015 e do §único do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência do **Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação, que será encerrado no dia 30/07/2024 às 13:00h e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 50% da avaliação, que será encerrado no dia 01/08/2024 às 13:00h. DO BEM A SER LEILOADO**: AVALIADO FLS. 174/177: APARTAMENTO 603, LOCALIZADO NA ESTRADA DO TINDIBA, nº 1493, BL. 04 – TAQUARA RIO DE JANEIRO/RJ. COM 1VG DE GARAGEM. (IPTU C/ 73m²). IMÓVEL REGISTRADO NO 9º RGI SOB O Nº 237471 E NA PREFEITURA SOB O Nº 2.987.046-6 – CL: 40832. (...) AVALIAÇÃO DIRETA DO IMÓVEL: R$ 368.000,00(Trezentos e sessenta e oito mil reais) E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo, **ficando o(s) Executado(s)/Condôminos(s) (FLAVIA ROSENWALD FULLER, SERGIO ALBERTO ROSENWALD e CECILIA GAUDIN ROSENWALD) intimado(s) da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA JUNTADO NOS AUTOS, PUBLICADO NO SITE DO SINDICATO DOS LEILOEIROS DO RIO DE JANEIRO E NO SITE DO LEILOEIRO. CUMPRA-SE.** Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 07 de junho de 2024. Eu, digitei ____, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo ____, . (ass.) **LIVINGSTONE DOS SANTOS SILVA FILHO** – Juiz de Direito.

Energia hidrocinética gerada a partir das correntes de rios e oceanos

Por Jorge Priori

Conversamos sobre o projeto de energia hidrocinética desenvolvido por Mauricio Otaviano de Queiroz, CEO e fundador da TIDALWATT. O objetivo desse projeto é gerar energia a partir das correntes de rios e oceanos.

Como funciona a estrutura que vai gerar energia hidrocinética?

Como as correntes estão próximas da costa, com exceção das correntes oceânicas que cruzam o planeta, a ideia é instalar parques de energia hidrocinética no fundo do mar. Existem estudos que mostram que essas correntes estão mais próximas à superfície ou até 200 metros de profundidade. Num ponto onde a profundidade do leito marinho for além de 200 metros, nós podemos colocar uma turbina presa a uma estrutura flutuante na superfície, com ambas ancoradas no leito oceânico.

Comparando com uma turbina eólica, que é gigantesca, essas estruturas são pequenas, sendo que elas podem chegar a 5 metros de diâmetro, mas nós temos projetos de turbinas com 7,5 m de diâmetro para instalação no leito oceânico, onde a força de arrasto é muito grande.

Como funciona a transmissão de energia gerada pelas turbinas?

Vamos supor que nós vamos construir um parque gerador com 50 turbinas. Todas elas serão interligadas a uma central que vai conduzir a energia através de cabos submarinos enterrados no leito marinho. Esses cabos vão até um ponto em terra onde haverá uma subestação, que vai, vamos dizer assim, equalizar a energia e transformá-la na tensão necessária para entrar na rede. Basicamente, é o mesmo projeto de transmissão das eólicas offshore.

Como funciona a estrutura para um rio?

Em um rio é mais fácil de instalar, pois você só está distante da margem. Nesse caso, a turbina será dimensionada para o rio, ou seja, se for um grande rio, é possível colocar estruturas mais robustas.

Qual a capacidade de geração de energia de uma turbina hidrocinética?

A capacidade de geração é variável. Isso porque a mesma turbina pode capturar mais energia em um lugar do que em outro, pois a energia captada é a que está disponível. Há um potencial muito maior num rio caudaloso, com uma corrente rápida de 4 metros por segundo, do que num rio mais calmo, cuja corrente corre menos de 1 metro por segundo. No primeiro caso, a mesma turbina vai gerar cerca de 16 vezes mais energia que no segundo.

Outro parâmetro: se uma turbina de 3 metros de diâmetro estiver submetida a uma corrente de quase 1 metro por segundo, ela pode gerar até 5 megawatts de potência. Fazendo uma conta rápida, essa turbina pode prover a energia de 20 mil casas por um mês.

O Brasil está caminhando para um quadro de excesso de energia, principalmente por conta das energias eólica e solar. Como a energia hidrocinética pode compor a matriz energética brasileira?

A questão do excesso de energia não é tão verdade como está sendo pensado. O Brasil tem uma potência instalada maior do que a potência que consome, só que o grande problema é a oscilação da geração. Num momento de pico, quando a demanda é maior que a geração, você precisa ter a energia que será entregue imediatamente pronta. Além disso, a potência tem que ser um pouco maior que a demanda para que não tenhamos um apagão.

Se no Nordeste estiver ventando muito às 4h, quando poucas pessoas estão consumindo energia, as eólicas são desligadas, mas se parar de ventar na hora de pico, ou não tiver sol para gerar energia solar, é preciso ligar as hidrelétricas. Os apagões que aconteceram recentemente no Brasil foram justamente em razão disso. As usinas eólicas e solares estavam gerando energia, enquanto as hidrelétricas estavam desligadas, só que o vento parou de repente.

A operação do sistema interligado nacional é muito complexa. Nós temos fontes renováveis que não são seguras, pois dependemos de fatores que não controlamos. Isso é insegurança energética. As hidrelétricas também têm esse problema, pois os reservatórios podem ficar baixos. E se estivesse sobrando energia, nós não precisaríamos das usinas termelétricas.

Respondendo a sua pergunta: nós vamos colocar uma fonte na matriz nacional que é segura, pois sua geração não oscila, já que as correntes oceânicas estão lá 24 horas por dia. Enquanto a Terra estiver girando, nós vamos ter essa corrente.

O que está faltando para esse projeto virar realidade?

Dinheiro. Nós precisamos de investimento para fazermos toda uma instalação robusta e realizarmos os testes de geradores e de potências diferentes. Nós também precisamos desenvolver um material que seja mais resistente ao mar, que é um meio, vamos dizer assim, agressivo, pois precisamos de uma turbina que funcione por 30 anos e que não seja corroída em alguns meses.

Mauricio Otaviano de Queiroz

Hoje, eu estou construindo um 14 Bis para provar que ele voa. Por mais que o 14 Bis esteja muito longe de um A380, se ele voar por dois minutos, como foi o caso do Santos Dumont, está ótimo, pois o conceito estará provado. Cabe ressaltar que nós já conseguimos provar o conceito científico, o que é uma quebra de paradigma gigantesca com relação ao conhecimento que temos sobre a disponibilidade energética dos oceanos.

Nós tivemos negociações com potenciais investidores onde o cara me disse que gostou do projeto, que acredita nele, mas que vai me dar um trocado para ficar com tudo. Além disso, em razão dos interesses de um tipo de fonte de energia, tenta-se frustrar, apagar ou esconder um projeto que é bom e mais barato. Eu estou sentindo isso na pele. Eu já recebi propostas de pessoas que me disseram: "Maurício, eu te deixo rico, mas o seu projeto vai ficar na gaveta".

Eu não quero isso. Eu quero ver esse projeto acontecer. Eu quero ficar à frente de um projeto que vai construir um modelo de geração de energia sustentável, bom para o meio ambiente e que vai atender à população. Hoje, pode sobrar energia no Brasil, mas ela está faltando em locais como Tefé-AM ou Fernando de Noronha-PE. Em locais como esses, as populações têm geradores elétricos. "Ah, mas lá tem painel solar". Sim, mas isso é 10% do consumo. O resto é diesel, que é caro, poluente e que precisa ser transportado.

Nós estamos falando quase que de um milagre: uma geração de energia substancial, renovável, com um investimento relativamente pequeno e com baixo impacto ambiental. Essa é a solução que, praticamente, todo mundo quer.

O que você viu que ninguém viu?

Eu sou físico e também mergulhador. Em 2018, eu tive um acidente durante um mergulho. Na parada de descompressão, nós não percebemos e fomos arrastados por uma corrente. Quando chegamos à superfície, nós estávamos muito longe do ponto onde deveríamos estar e ficamos à deriva esperando pelo resgate por algumas horas. Isso fez com que eu ficasse pensando no potencial gigantesco dessa corrente.

Quando você está mergulhado no mar, a corrente te arrasta sem que você perceba. Toda a água em volta de você está se movendo. Um navio de 100 mil toneladas à deriva é arrastado igual a uma folha seca. Se alguém tentar se opor a esse movimento, ele vai receber a força de toda a água, e não apenas da água em contato com o seu corpo.

Posteriormente a esse acidente, eu criei uma geometria que é capaz de abraçar, em um único ponto, a energia que está associada a um montante de água. Para isso, eu criei uma estrutura que faz com que o percurso da água tenha que ser maior, fazendo com que ela precise de mais tempo para atravessar a turbina. Por enquanto, essa é a primeira turbina capaz de causar esse efeito numa corrente, gerando muito mais energia elétrica que as turbinas convencionais.

Ninguém viu isso lá fora?

Ninguém. Nós queríamos testar esse conceito em um simulador de mecânica de fluídos no MIT (Massachusetts Institute of Technology), que faria a simulação de quanto a turbina poderia gerar de energia. Isso não foi possível, pois o simulador está configurado para uma realidade física que não interpreta a energia das correntes, e sim das partículas que se chocam com a pá da turbina. O próprio MIT disse que não poderia fazer o teste, já que como o conceito que estou introduzindo é novo, ele não estava programado no computador. Como não dava para simular, era preciso fazer um experimento físico.

Em breve, nós vamos fazer um teste com o acompanhamento do Ipem-SP (Instituto de Pesos e Medidas de São Paulo), em Angra dos Reis-RJ, para colhermos o resultado de potência e dizermos se a teoria é válida e se a geometria é capaz de capturar esse volume de energia que está disponível.

Ata do Copom: sem novidade sobre manutenção de juros

O Banco Central divulgou, nesta quarta-feira a ata da 263ª reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), realizada na semana passada (nos dias 18 e 19) e na qual ficou decido pela maioria dos membros a manutenção da taxa em 10,50% ao ano. O documento reforça a mensagem transmitida na divulgação da manutenção da taxa. Não trouxe novidades.

A razão pela qual os membros optaram pela interrupção do ritmo de queda é atribuída a conjuntura mundial. "O ambiente externo mostra-se mais adverso, em função da incerteza elevada e persistente sobre a flexibilização da política monetária nos Estados Unidos e quanto à velocidade com que se observará a queda da inflação de forma sustentada em diversos países".

A ata ressalta que os bancos centrais das principais economias permanecem determinados em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas em um ambiente marcado por pressões nos mercados de trabalho. "O comitê avalia que o cenário segue exigindo cautela por parte de países emergentes", destacou o documento. "Em relação ao cenário doméstico, o conjunto dos indicadores de atividade econômica e do mercado de trabalho tem apresentado maior dinamismo do que o esperado", destacou.

Desinflação

A ata reforçou que a inflação cheia ao consumidor tem apresentado trajetória de desinflação, enquanto medidas de inflação subjacente se situaram acima da meta para a inflação nas divulgações mais recentes. As expectativas de inflação para 2024 e 2025 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 4,0% e 3,8%, respectivamente.

No cenário de referência, a trajetória para a taxa de juros é extraída da pesquisa Focus e a taxa de câmbio parte de R$5,30/US$2, evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC). O preço do petróleo segue aproximadamente a curva futura pelos próximos seis meses e passa a aumentar 2% ao ano posteriormente. Além disso, adota-se a hipótese de bandeira tarifária "verde" em dezembro de 2024 e de 2025. Nesse cenário, as projeções de inflação do Copom situam-se em 4,0% para 2024 e 3,4% para 2025. As projeções para a inflação de preços administrados são de 4,4% para 2024 e 4,0% para 2025.

O comitê comunicou um cenário alternativo com a manutenção de juros constante, com trajetória antecipada pelos agentes, ao longo do horizonte relevante. Em tal cenário, as projeções para a inflação situam-se em 4,0% e 3,1% para 2024 e 2025, respectivamente."O comitê se manterá vigilante e relembra que eventuais ajustes futuros na taxa de juros serão ditados pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta.

CVM assina aditivo em acordo de cooperação com regulador de Portugal

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) assinou nesta terça-feira termo aditivo de acordo de cooperação técnica com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) de Portugal. O acordo foi celebrado inicialmente em 1995, com objetivo de consulta, assistência técnica e mútua, para a troca de informações entre os reguladores dos dois países. O residente da CVM, João Pedro Nascimento, esteve em Portugal e formalizou a assinatura do documento.

"A parceria com a CMVM vem de longa data, desde 1995. Em meio às inovações e aos avanços tecnológicos, a forma de compartilhamento de dados e informações foi aperfeiçoada, ação que gerou a necessidade de atualização e modernização da parceira existente entre CVM e CMVM. Me sinto honrado em formalizar a continuidade dessas interações", João Pedro Nascimento, presidente da CVM.

Segundo ele, Portugal é uma relevante porta de entrada para nós, brasileiros, junto aos mercados europeus. "O aditamento deste acordo é resultado do trabalho de relacionamento e atuação internacional que a CVM tem feito, com foco no desenvolvimento do Mercado de Capitais, para que o segmento seja cada vez mais seguro, inclusivo e atrativo para os investidores".

Parceria

A CVM reforçou que o novo documento busca atualizar o acordo anterior, promovendo as adaptações necessárias em virtude do tempo e as mudanças referentes aos desafios crescentes e inerentes aos mercados de valores mobiliários de cada país. As principais mudanças na redação do acordo se deram no escopo do fornecimento de assistência e cooperação técnicas para o desenvolvimento dos mercados de valores mobiliários e das suas instituições de supervisão.

"Quase 30 anos separam o acordo original do primeiro aditivo e o Mercado de Capitais passou por grandes mudanças, em especial nos últimos anos. O objetivo é que o documento reflita os novos desafios, para que ambos os regulares possam reforçar a eficácia de atuação no desempenho de suas competências institucionais, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do mercado de capitais", Eduardo Manhães, Superintendente de Relações Internacionais da CVM.

O aditivo do acordo prevê a formação dos respectivos quadros e cooperação técnica para promover o desenvolvimento dos mercados de valores mobiliários e de instrumentos financeiros em Portugal e no Brasil. a criação de um canal de comunicação destinado à troca de conteúdos de educação e de letramento financeiro. a promoção de discussões de temas atuais e emergentes relativos ao mercado de capitais. o desenvolvimento de iniciativas conjuntas destinadas à partilha de informações entre a CMVM e a CVM dirigidas aos investidores de ambos os países.

Niterói está atraindo empresas com revitalização do centro

Integrada ao Grupo Patrimar, uma companhia com mais de 60 anos de mercado, a Novolar atua nas classes média e econômica nas regiões do Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG) e interior de São Paulo (SP). Niterói figura agora no portfólio de imóveis erguidos pela construtora. A marca vai contribuir para o projeto de revitalização do Centro da cidade, que vai desde a avenida onde está situado o primeiro terreno da empresa, Avenida Feliciano Sodré, até o Caminho Niemayer.

"Vemos com bons olhos a iniciativa de revitalização do Centro. Foi um dos motivos que nos interessamos por começar a atuar na cidade. A inauguração do novo Mercado Municipal e o interesse de grandes empresas, como a Novolar, pela região são resultados iniciais positivos das iniciativas projetadas a longo prazo pelo órgão", conta Paulo Araujo, Diretor Regional Rio de Janeiro do Grupo Patrimar.

O primeiro empreendimento da Novolar em Niterói é o Novolar Green Life, que teve o estande de vendas com decorado aberto ao público dia 22 de junho e recebeu mais de 250 famílias nos primeiros dois dias. O projeto imobiliário focado no público de classe média e investidores na região central da cidade chega para garantir um novo estilo de vida para os moradores. Com localização privilegiada entre a ponte e as barcas do Novo Centro de Niterói e próximo a múltiplas comodidades – como supermercados, shoppings, parque e hospital –, o empreendimento será erguido em um terreno de 10.546m².

"Próximo ao terreno já existem mercados atacadistas, o Parque São Bento, o Hospital Universitário Antônio Pedro e o Mercado Municipal, por exemplo. A tendência é que com a nossa chegada, a demanda pelo comércio local aumente, melhorando os já existentes e surgindo novos", completa Paulo Araújo.

O projeto reúne diferentes tipologias, tendo unidades de 2 quartos com e sem suíte – todas com varanda – e opções de unidades Garden. Serão 4 torres com três elevadores em cada e vagas de garagem. Um ponto forte do projeto imobiliário é o paisagismo, com ampla área verde, assinado pelo escritório Forma Garden.

"Escolhemos um parceiro de peso para desenvolver o projeto paisagístico à altura do que o time idealizou para o empreendimento. Está exuberante! O Green Life permitirá que o morador se conecte com a natureza, o que torna o empreendimento um verdadeiro refúgio em pleno centro da cidade", diz Alex Veiga, CEO do Grupo Patrimar.

TELESPAZIO BRASIL S.A.
CNPJ nº 02.214.014/0001-33 - NIRE 33.3.0016636-0

Assembleia Geral Extraordinária - Primeira Convocação: O Diretor Presidente da TELESPAZIO BRASIL S.A. convoca os Senhores Acionistas para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 2 de julho de 2024, às 10h, na sede da Companhia, situada na Av. Rio Branco, 1/1803, CEP 20090-003, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: retificar erro material constante da assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 10 de abril de 2024, arquivada em 17/04/2024 sob o nº 00006189905, onde constou no Estatuto Social consolidado anexo à ata que o capital social de R$ 58.724.000,00 (cinquenta e oito milhões, setecentos e vinte e quatro mil reais) é dividido em 5.874.400 (cinco milhões, oitocentas e setenta e quatro mil e quatrocentas) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 10,00 (dez reais), quando o correto seria a divisão em 5.872.400 (cinco milhões, oitocentas e setenta e duas mil e quatrocentas) ações. Rio de Janeiro, 21 de junho de 2024.

Marzio Laurenti – Diretor Presidente.

JUÍZODEDIREITODA10ªVARACÍVELDACOMARCADENITERÓI EDITAL de 1º e 2º Leilão Eletrônico e Intimação, extraídos dos autos da Ação SUMÁRIA , movida por CONDOMINIO DO EDIFÍCIO BELOVER PARK I, II e III em face de ESPÓLI DE SONIA MARIA TAVARES MARQUES, processo nº 0033958-88.2008.8.19-0002, na forma abaixo: A Dra.CLAUDIA MONTEIRO ALBUQUERQUE, Juiza da Vara acima, FAZ SABER por este Edital com prazo de 5 dias, a todos os interessados especialmente a ESPÓLIO DE SOIA MARIA TAVARES MARQUES, que em **05/07/24, às 12:00 hs.,** no site do leiloeiro, www.marioricart.lel.br, o Leiloeiro MARIO MILTON B. RICART, venderá de forma eletrônica (on line) conforme art. 879 inciso II do CPC, não havendo licitantes no dia **08/07/24**, no mesmo local e hora, a quem mais oferecer acima de 50% da avaliação, na forma do art. 891 § único do NCPC, o imóvel registrado no 7º RGI de Niterói – RJ (antigo 8º RGI), matrícula nº 12798, Apartamento 501 do bloco 03, com direito ao uso de 01 vaga de garagem do Edifício Belover Park, situado à Rua Noronha Torrezão, 524, Santa Rosa, Niterói - RJ, avaliado as fls. 453/454 em 14/12/2022, por R$ 220.000,00. Condições Gerais da Alienação: constam no Edital na íntegra, no site do leiloeiro e nos autos. Pagamentos: à vista conf. art. 892 do CPC, 5% ao leiloeiro e custas de 1%, ocorrendo arrematação, adjudicação ou remição. O interessado em adquirir o bem em prestações, deverá apresentar ao Juízo, por escrito, até o início do primeiro ou do segundo leilão, proposta de aquisição do bem, na forma do Artigo 895 do CPC. Caso a proposta para venda parcelada venha ocorrer após a realização dos leilões, será devida a comissão de 5% ao Leiloeiro. Para conhecimento de todos foi expedido este, outro na integra estará afixado no local de costume e na sede do juízo e nos autos, ficando o executado ciente da Hasta Pública, se este não for encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, suprindo assim a exigência contida no Art. 889 inciso I do NCPC. Dado e passado nesta cidade, em 25/06/24. Eu ,Rita de Cassia Ferreira Carpenter Chefe de Serventia, o fiz digitar e subscrevo. (ass) Dra. CLAUDIA MONTEIRO ALBUQUERQUE, Juiza de Direito.